

Introdução

Julie Cavignac

Regina Abreu

Simone Vassallo

Desde os anos 2000, no Brasil, as investigações antropológicas no campo dos patrimônios e museus vêm assumindo um protagonismo cada vez maior. A ratificação da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO, em 2001, e a implementação de políticas culturais no Brasil destinadas a museus, bens culturais de grupos subalternizados e patrimônio imaterial, propiciaram a multiplicação de experiências pioneiras, como inventários participativos ou museus comunitários e a consolidação do campo na antropologia. Ao mesmo tempo, a noção de cultura se democratizou, se politizou, foi objeto de reapropriação pelos grupos detentores e houve uma profissionalização na área cultural, com a publicação de editais de fomento implementados em nível federal, estadual e municipal. Vislumbrava-se um destino favorável para uma economia da cultura, com a gestão coletiva de projetos e de instituições como forma de geração de renda para os detentores dos saberes e os moradores das comunidades. A convocação da chamada sociedade civil, principal protagonista na implementação de uma política nacional de cultura, imprimiu uma mudança sem retorno, democratizando a concepção e a maneira de fazer cultura e colocando a esfera cultural no patamar de outros segmentos, como é o caso da economia criativa. A multiplicação das ações no campo do patrimônio e dos museus foi acompanhada de uma crescente produção acadêmica que se especializou tanto na elaboração de inventários e de projetos museais quanto na avaliação das políticas públicas e dos seus impactos para os grupos; pesquisas que foram em parte publicadas pela Associação Brasileira de Antropologia, através do Comitê de Patrimônios e Museus.

A crise política que se instalou a partir de 2013 e que se agravou desde então, com o fim do Ministério da Cultura e o desmonte progressivo de todas as instituições culturais públicas, teve como efeito um congelamento brutal das verbas para o setor e uma imobilização de importantes projetos e programas em curso. A pandemia ocorrida desde 2020 veio redefinir esse quadro e impactar ainda mais os grupos tradicionais, detentores dos patrimônios, e a situação já fragilizada dos museus. Essas situações impuseram novas formas de atuação no campo da cultura por parte da sociedade civil e dos antropólogos, levando a uma redefinição das práticas culturais e das atividades de registro e de exposição, com inovações e transformações duráveis. Por sua vez, a passagem para o modo virtual, devido ao isolamento social, parece ter acelerado a interlocução entre pesquisadores, gestores e lideranças locais e trouxe novas formas de fazer pesquisa e de atuar.

Diante dessas intensas transformações, por vezes estruturais, levantamos as seguintes questões: como o campo dos patrimônios e museus se reinventa? Quais os seus possíveis futuros? Esse livro, fruto das ações desenvolvidas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, coordenado por Regina Abreu (UNIRIO) e Simone Vassallo (UFF) no biênio 2017-2018 e por Simone Vassallo (UFF) e Julie A. Cavignac (UFRN) entre 2019-2020, procurou trazer reflexões sobre uma nova realidade que se redesenha a todo momento e seus possíveis desdobramentos.

O livro, que se subdivide em duas partes, apresenta reflexões sobre as transformações que ocorrem respectivamente no campo dos patrimônios e no campo dos museus nessa nova conjuntura política e sanitária. Os dois primeiros artigos, que abrem a coletânea, trazem uma perspectiva histórica sobre a relação entre a antropologia e o campo do patrimônio no Brasil. O primeiro, “A memorização da prática antropológica no campo patrimonial brasileiro: articulando passados e futuros”, de Regina Abreu, traz uma retrospectiva de alguns momentos marcantes de como a antropologia foi sendo incorporada ao campo do patrimônio cultural no Brasil. Para a autora, até fins dos anos 1970, o campo do patrimônio se caracterizava por uma narrativa hegemônica que privilegiava um processo histórico homogenei-

zador. A partir da década de 1980, a chegada dos antropólogos, ao trazer suas próprias imaginações patrimoniais, que partem da noção de “diversidade cultural”, produz uma importante virada em termos de temas, metodologias, teorias, práticas e políticas culturais. A partir do conceito de “memoração social”, a autora procura articular uma reflexão entre o campo da memória social e o do patrimônio. O segundo artigo, “Da noção antropológica de cultura à transversalidade da antropologia no campo dos patrimônios culturais no século XXI”, de Renata de Sá Gonçalves e Guilherme Eugênio Moreira, traz o outro lado da moeda da atuação dos antropólogos no campo do patrimônio, ou seja, as pesquisas e discussões teóricas sobre patrimônios nas universidades. Para tanto, realizaram um levantamento de núcleos e linhas de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq visando descobrir as tendências e os sentidos de patrimônio que são mobilizados.

Os três artigos seguintes, “Quando não tem, Caicó inventa! A festa de Sant’Ana e a pandemia”, de Julie A. Cavignac, Luiz Eduardo do Nascimento Neto e Thaís Fernanda Salves de Brito; “Bois, patrimônio em tempos de pandemia”, de Luciana Gonçalves de Carvalho, Alvatir Carolino da Silva e Wilmara Aparecida Silva Figueiredo; e “Abalou, Capoeira! Abalou: políticas públicas de patrimônio em tempos de cisão e retrocesso nos beligerantes grupos de Capoeira no whatsapp”, de Geslline Giovana Braga, se voltam para festas e expressões da cultura popular registradas pelo IPHAN e levantam questões sobre suas contradições sociais, os impactos da pandemia nas mesmas, o uso de tecnologias digitais, as novas formas de organização em redes virtuais, seus entrelaçamentos e seus efeitos. O primeiro deles analisa a festa de Sant’Ana, a sua íntima relação com os moradores de Caicó-RN, a sua centralidade nas construções identitárias, bem como os desdobramentos da sua reorganização em formato digital devido à pandemia e à necessidade de isolamento social. O segundo parte dos festejos de Bumba meu boi no Maranhão e no Amazonas para refletir sobre a histórica ambivalência das políticas voltadas para a cultura popular, que ao mesmo tempo valorizam e desconsideram as atividades a que se destinam. Os autores observam que a pandemia expôs e agravou a assimetria das condições de acesso a essas po-

líticas e propiciou experiências sociais distintas e desiguais. O artigo sobre capoeira observa o uso do whatsapp pelos praticantes e como a lógica dos grupos, suas controvérsias e disputas são reelaboradas no aplicativo.

Já os artigos “Histórias entrelaçadas: a materialização do Holocausto e da escravização de africanos na paisagem memorial do Rio de Janeiro”, de Luz Stella Rodríguez Cáceres e Simone Pondé Vassallo, e “Neoliberalismo e governança museal”, de Antônio Motta e Eduardo Sarmiento, procuram acompanhar as recentes transformações na conjuntura política brasileira marcadas pelo crescimento de uma agenda política ultraconservadora e seus impactos na gestão de memoriais e museus. Motta e Sarmiento analisam as recentes transformações nas políticas culturais voltadas para patrimônios e museus, produzidas pelo Estado brasileiro, orientadas para a produtividade econômica, a competitividade e o desmantelamento de órgãos estatais. Para eles, os novos enquadramentos ideológicos, caracterizados por um crescente autoritarismo moral, político e social, sob a noção de iniciativa e liberdade individuais, comprometem direitos fundamentais, como o direito à cultura e à diferença cultural. Os dois autores procuram compreender como os museus se ajustam, se reconfiguram e se redefinem nesse contexto e como, apesar da adversidade da situação política, buscam alternativas para o futuro. As autoras Stella Rodriguez e Simone Vassallo desenvolvem uma análise do tratamento diferenciado dado pelo poder público aos memoriais Cais do Valongo e Memorial do Holocausto Judeu, que fazem respectivamente referência aos dois crimes contra a humanidade que foram a escravidão negra e o holocausto judeu. Elas abordam as apropriações de símbolos judeus e de Israel por parte da direita ultraconservadora que, nos últimos anos, assumiu o poder tanto no município do Rio de Janeiro quanto no governo federal. Para as autoras, nesse contexto, os memoriais judeus se esvaziam de seus significados relacionados às denúncias de crimes contra a humanidade.

Em “Cosmopolitizando memórias coloniais na Alemanha” e “Narrativas e trajetórias de artistas indígenas da Austrália e do Pacífico no contexto dos museus”, Thomas Thiemeyer e Géraldine Leroux analisam movimentos

em contexto internacional em torno da crítica ao legado colonial nos museus. Thomas Thiemeyer se dedica ao que considera ser uma nova cultura de memória na Alemanha: os debates e as ações que trazem à tona a história colonial alemã e que giram em torno de museus. Ele procura compreender os motivos pelos quais essas memórias da colonização emergem justamente agora e acredita que estejam relacionados à mudança de significado e de status do holocausto judeu na cultura da memória, bem como aos debates internacionais sobre direitos de propriedade de objetos obtidos através de pilhagens, seja no contexto nazista ou no período colonial. Géraldine Leroux parte da perspectiva de artistas aborígenes para abordar a questão das obras de arte produzidas pelos povos originários e as tensões, ambiguidades e estruturas de poder que permeiam a sua circulação e a sua relação com o mundo dos museus. A autora traz as críticas desses artistas ao que consideram ser um olhar branco e colonizador que não os representa e não os beneficia, bem como sua defesa da arte a partir de uma perspectiva própria.

Os três artigos que encerram esta coletânea trazem experiências e iniciativas em torno dos próprios museus no sentido de descolonizar as suas práticas e de propiciar gestões mais democráticas, inclusivas e participativas. Inserindo-se nos debates sobre a descolonização dos museus, o artigo “Povos indígenas e museus: políticas públicas e a gestão compartilhada”, de Marília Xavier Cury, traz uma retrospectiva das novas práxis museológicas de cooperação e compartilhamento que ocorrem no Brasil e no mundo e resultam na Nova Museologia. Visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas museais e sua relação com povos indígenas, a autora faz um levantamento da situação dessas políticas no Estado de São Paulo, a partir das iniciativas que envolvem o Ibram e a Secretaria Estadual de Cultura, com o intuito de trazer uma análise de interesse mais amplo. “Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil: três relatos de um percurso em formação”, de Adriana Russi, Lúcia van Velthen e Marília Cury nos relata o projeto “Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil”, fruto de uma iniciativa do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA. Dialogando com os debates sobre restituição de objetos, gestão participativa e cooperação entre museus e co-

letividades detentoras dos bens expostos, o objetivo do projeto é identificar instituições brasileiras que salvaguardam coleções etnográficas e os grupos sociais a que fazem referência, bem como disponibilizar os resultados em um único ambiente virtual, gratuito e acessível a todos. As autoras apresentam dados preliminares e alguns de seus desafios teóricos e metodológicos. Por fim, Manuel Ferreira Lima Filho, em seu artigo “Tempo de beija-flores: 50 anos do Museu Antropológico da UFG e seus desafios”, também parte de um relato sobre a sua própria experiência pessoal como gestor e pesquisador do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Celebrando o aniversário de 50 anos do museu, o autor nos traz um pouco da trajetória dessa instituição, seu protagonismo, sua relação com os cursos de graduação e pós-graduação da UFG, suas parcerias e colaborações com coletivos culturais e étnicos, e conclui que o museu é uma potente arena política de construção e afirmação de identidades plurais.

Com esta publicação, procuramos trazer experiências distintas, no campo do patrimônio e no dos museus, que refletem questões e tensões características do momento atual, a partir de análises voltadas para diferentes temas, perspectivas, situações e localidades. Em continuidade com os objetivos do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, esperamos assim contribuir para a ampliação dos debates em torno dessas duas áreas. Desejamos a todos uma boa leitura!